

Governo federal

Lula usa reunião ministerial para cobrar discurso alinhado e centralizar decisões

— Presidente fará amanhã primeiro encontro após declarações de auxiliares em linhas divergentes, que, em três dias de novo governo, afetaram o mercado e obrigaram a recuos

FELIPE FRAZÃO
WESLEY GALZO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai usar a primeira reunião ministerial do novo governo para chamar a atenção dos ministros. O petista pretende alinhar o discurso oficial da cúpula da administração federal e fazer um “freio de arrumação”. A ideia é conter desencontros e atropelos entre ministros para que evitem anunciar publicamente uma ação antes de ter a aprovação do Palácio do Planalto.

O encontro com os ministros já estava previsto. Será realizado amanhã pela manhã, no Palácio do Planalto. Mas, diante de declarações em linhas divergentes, que provocaram ruídos, a intenção é aproveitar a reunião para dar orientações sobre a organização do fluxo de decisão do governo.

“O presidente já marcou a primeira reunião ministerial, para, inclusive, organizar e reafirmar, e ele acabou de me dizer, qualquer proposta só será encaminhada, evidente, depois da aprovação do presidente da República”, disse Rui Costa, titular da Casa Civil. “E qualquer proposta, ele vai dizer isso na reunião, passará necessariamente pela Casa Civil antes de sua análise.”

Em três dias de governo, foram pelo menos três recuos da gestão petista. Após o novo ministro da Previdência, Carlos Lupi, afirmar antontem que deseja discutir o que chamou de “antirreforma da Previdência” – em referência às mudanças aprovadas em 2019 no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro –, Costa afirmou ontem que “não há nenhuma proposta sendo analisada ou pensada” em relação às exigências de aposentadorias e pensões.

Costa se esquivou de comentar o teor das declarações de Lupi, mas deu a entender que o colega de governo teria se empolgado demais. Segundo ele, era necessário vir a público para “tranquilizar”. “Todo mundo tem direito à opinião, mas neste momento não há nenhuma proposta. As energias estão lá em cima, é um momento de posse, de alegria e de entusiasmo”, disse Costa.



RICARDO STUCKERT - PR

Sede do Executivo

Lula começa a despachar no Palácio do Planalto após varredura de grampos da Polícia Federal

— O presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a despachar ontem no Palácio do Planalto, onde teve reunião com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Até então, o petista vinha trabalhando no hotel onde está hospedado desde a transição. Lula transferiu as atividades para o Planalto após a Polícia Federal fazer uma varredura no edifício. ●

Desencontros

● **Previdência**
Após o ministro Carlos Lupi afirmar que deseja discutir uma “antirreforma da Previdência”, o titular da Casa Civil, Rui Costa, disse que não há proposta sob análise

● **Combustível**
Depois de combinar com Guedes uma MP para prorrogar a desoneração no preço de gasolina e álcool, Haddad pediu para a gestão Bolsonaro não estender a medida

● **Quartéis**
Enquanto Flávio Dino (Justiça) tacha os atos em quartéis de “incubadoras de terroristas”, José Múcio Monteiro (Defesa) fala em manifestações da democracia

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), tentou minimizar a repercussão negativa das falas de Lupi e os

atritos gerados entre a Previdência e a Casa Civil. “Acho que foi mais uma forma de expressão do ministro da Previdência, no sentido de estar avaliando algum item ou outro, mas repito que foi uma posição pessoal do ministro Lupi. Na sexta-feira, nós vamos ter essa resposta na reunião ministerial”, disse Simone, destacando que Lula não defendeu a revisão da reforma previdenciária durante a corrida eleitoral.

“Eu não vi em nenhum momento na campanha, no segundo turno, quando andei com o presidente Lula durante boa parte do segundo turno, essa agenda de uma possível revisão da reforma da Previdência sendo colocada. Nem no programa do governo nem na fala do presidente”, disse.

COMBUSTÍVEL. Outro desencontro envolveu o controle de preços dos combustíveis. Depois de combinar com o ex-ministro da Economia Paulo Guedes a edição de uma medida provisória para prorrogar por 30 dias a desoneração no preço

de gasolina e do álcool, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu para o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro não estender a medida.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), indicado pelo governo para presidir a Petrobras, afirmou ontem que a estatal não fará intervenção nos preços dos combustíveis. Segundo Prates, “nunca ninguém falou em intervenção” nos preços, que, conforme afirmou, serão vinculados de “alguma forma” ao mercado internacional. Na campanha, porém, não só Prates como o próprio Lula defenderam modificar a política de preços da Petrobras.

QUARTÉIS. Os titulares da Justiça, Flávio Dino, e da Defesa, José Múcio Monteiro, seguem dissonantes sobre a legalidade de atos de apoiadores de Bolsonaro na frente de quartéis – que contestam a eleição de Lula e fomentam ideias antidemocráticas. Lula queria que as Forças Armadas agissem para encerrar as aglomerações, mas até agora não houve medidas

efetivas para a dispersão. O governo fala em deixar que os atos se esvaziem com o tempo.

Enquanto Dino tachou os concentrações de “incubadoras de terroristas” e falou que a simples a existência de pessoas com discurso em defesa de intervenção era ilegal, Múcio afirmou que são manifestações da democracia, quando pacíficas, e admitiu ter parentes e amigos entre os que frequentam os acampamentos.

TRANSIÇÃO. Durante a transição, os anúncios eram concentrados pela equipe de Aloizio Mercadante. Coordenadores de grupos temáticos tinham declarações organizadas previamente. Chegou a ser editado um manual recomendando cuidado nos contatos com a imprensa. “Recomenda-se fortemente evitar compartilhar com a imprensa questões preliminares, que demandem decisões políticas e outras de natureza sensível”, alertava. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 6